

| 455 | A IDENTIDADE DO MOVIMENTO POR URBANIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DO PANTANAL (MULP)

Luciano da Silva Barboza

Resumo

O campo problemático deste trabalho diz respeito à construção da identidade no domínio da organização, da práxis e das práticas dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo. A constituição e a consolidação de movimentos sociais têm por base a assunção coletiva de identidades fundadas em valores, territorializações e bandeiras de luta. Não obstante, rupturas dessas identidades acontecem por diversos motivos, dentre os quais se destacam ações desterritorializantes e/ou de cooptação por parte do Estado. O objetivo principal é analisar o processo de construção do Movimento por Urbanização e Legalização do Pantanal (MULP) da Zona Leste de São Paulo, enfocando especialmente a constituição de uma identidade lastro do movimento e seu processo de fortalecimento/enfraquecimento frente às políticas públicas. A expectativa é que este trabalho possa gerar a produção de conhecimento temático específico sobre a identidade do MULP. Imagina-se ainda que a dissertação contribua com subsídios objetivos à compreensão dos processos de constituição das identidades no seio dos movimentos sociais contemporâneos, tema especialmente crucial à estruturação e à ação desses agentes coletivos. O campo temático em questão - Identidade e Movimento Social - tem por objeto singular a preocupação com os significados das identidades na constituição, nos fundamentos de valor e nas ações dos movimentos sociais. A abordagem desse tópico se justifica pela relevância dos movimentos sociais no seio da sociedade brasileira contemporânea, o que os faz, em si, focos privilegiados de análise da dinâmica social no país.

Palavras-chave: Identidade - Território - Movimento por Urbanização e Legalização do Pantanal - deslocamento populacional - Modernidade Tardia

Identidade, Modernidade Tardia e Movimentos Sociais

A ideia de Modernidade Tardia que adotamos refere-se às transformações recentes pelas quais vêm passando o mundo, ocorridas dos anos 1970 até o presente, e que, mesmo reiterando formalmente certas tendências presentes e constitutivas da acumulação capitalista tipicamente moderna, o fazem de tal modo e em tal dimensão que apontam para novo estágio do paradigma.

As sociedades modernas são, no nosso entendimento, sociedades de mudança constante e rápida. A condição presente é fruto exatamente dos princípios modernos, não em sua totalidade programática, mas em sua capacidade de imposição histórica através das relações econômicas. Compreendemos, portanto, Modernidade Tardia como processo de mudança conhecido como 'globalização' e seu impacto sobre a identidade cultural.

A noção de Modernidade Tardia não é uma noção paradigmática associada a uma época de mesma natureza que a noção de Modernidade. Isto porque no plano das relações

sociais, permanecem vigentes as relações capitalistas, ainda que em modalidades transformadas e em mutação constante. Todavia, trata-se então de um momento da Modernidade marcado por determinada especificidade ou condição.

A radicalidade do exercício da liberdade da subjetividade pode ser considerada uma das marcas da Modernidade Tardia. Essa radicalidade determinou a explosão de cada domínio da cultura moderna enquanto totalidade centrada autônoma. Não cabe, então, como na modernidade, falar de identidades ético-política, estética e gnosiológica como articulações unas racionalmente construídas.

A razão agora atua também no mesmo sentido da costura formal de uma unidade identitária, não a partir das totalidades identitárias correspondentes a cada uma dessas esferas da cultura, mas tomando como matéria à sua arquitetura fragmentos culturais de caráter ético-político, estético e de saber. Isto, a princípio, permite compor arranjos identitários praticamente infinitos, o que, associado a não existência de referenciais perenes que garantam minimamente a duração dos arranjos, coloca o *self* num turbilhão ao acaso das circunstâncias e na prática desfaz a própria possibilidade da constituição de identidades. Não obstante, o princípio da subjetividade tem se exercido sob condicionantes que reatam, para o bem ou para o mal, as possibilidades identitárias individuais e coletivas.

Entendemos identidades coletivas tomando por base a interpretação de ARAUJO (2007):

[...] A concepção de identidade coletiva, assim, se especifica através de duas dimensões sociais que se sobrepõem: a de um *self* individual, societário por si, como visto, e a de um vínculo relacional entre indivíduos. Dimensões que, todavia, são entendidas como não separáveis e em profunda e necessária imbricação em seus processos constitutivos. [...] (ARAUJO, 2007. pág. 23)

Pensando identidade ainda segundo ARAUJO (2007),

[...] Tomemos como referência reflexiva o processo que diz respeito ao auto reconhecimento identitário na dimensão relacional. Em primeiro lugar, é necessário ter em conta que esse auto reconhecimento, enquanto proclamação de partilhas (éticas, estéticas, gnosiológicas), diz respeito à concordância em termos de uma linguagem em comum. Essa linguagem é entendida como aquela que corresponde a um sujeito social objetivo e singular em sua ação no mundo. [...] (ARAUJO, 2007. pág. 28)

Acreditamos que o Movimento por Urbanização e Legalização do Pantanal (MULP) construiu uma identidade coletiva, que marca a identidade individual dos seus membros, através de um vínculo relacional entre indivíduos, baseado na partilha de valores éticos, estéticos e gnosiológicos, e essas dimensões não são excludentes e nem separáveis.

Nesse quadro da Modernidade Tardia, GOHN (2010) também vai refletir sobre as mudanças sobre a categoria “identidades coletivas”, mais precisamente sobre as diferenças de compreensão do significado de identidade entre os membros de um movimento social e os membros das redes de mobilizações estimuladas pelas atuais políticas de parcerias entre o Estado e a sociedade civil:

[...] Identidade foi outra categoria redefinida. Em textos das duas últimas décadas do século passado, era comum encontramos identidade definida de acordo com o posicionamento dos membros de um grupo social, em relação ao antagonismo entre capital e trabalho, ou de acordo com a renda e status adquiridos, geradores de representações coletivas aceitas socialmente. Atualmente a identidade tem sido tratada, por analistas e pelos formuladores de políticas públicas, como uma ferramenta em construção. Não se trata da identidade construída na trajetória de um movimento, mas de uma identidade modelada, outorgada, na qual determinados sujeitos sócio-políticos e culturais são mobilizados para serem incluídos. [...] Acreditamos que um movimento social com certa permanência é aquele que cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos, tomando referentes com os quais se identifica, outros igualmente carentes, excluídos ou sem direitos, reconhecimentos e pertencimentos. Um movimento social não assume ou veste uma identidade pré-construída apenas porque tem uma etnia, um gênero ou uma idade. Este ato configura uma política de identidade e não uma identidade política. O reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política; não se trata de um reconhecimento outorgado, doado, uma inclusão de cima para baixo. O reconhecimento jurídico, a construção formal de um direito, para que tenha legitimidade, deve ser uma resposta do Estado à demanda organizada. Deve-se tratar a questão da identidade em termos de um campo relacional, de disputas e tensões, um processo de reconhecimento da institucionalidade da ação, e não como um processo de institucionalização da ação coletiva, de forma normativa, com regras e enquadramentos, como temos observado nas políticas públicas no Brasil na atualidade. Estas considerações são fundamentais para diferenciar os movimentos sociais das redes de mobilizações estimuladas pelas atuais políticas de parcerias. [...] (GOHN, 2010, p.31 e 32).

Conforme o quadro descrito, a identidade do MULP, enquanto partilha de valores, metas, e estratégias, foi definida de acordo com o posicionamento dos membros do movimento social, ou seja, a identidade do MULP foi construída na trajetória do movimento social a partir de suas necessidades, desejos e lutas. Estas características se afastam das políticas de identidade promovidas pelos governos neoliberais em parcerias com as ONGs, que criam uma identidade modelada, outorgada, na qual determinados sujeitos sócio-políticos e culturais são mobilizados para serem incluídos como descrito por GOHN.

Inserido dentro de uma concepção mais ampla de movimentos sociais, influenciada pela interpretação do materialismo histórico, qualificaremos “movimento social” na Modernidade Tardia considerando três parâmetros: sua proposta para a transformação (projeto), a natureza de sua ação para a transformação e os princípios que orientam a proposta (ideologia). Esses três aspectos se explicitam na questão reivindicativa que é o cerne dos movimentos sociais.

No que diz respeito à literatura contemporânea, que leva em consideração a articulação identidade/movimentos sociais, parece-nos interessante destacar TOURAINE (1997), o qual vem concentrando seus esforços na tentativa de elaboração de teorias dos movimentos sociais, e é no quadro de suas formulações conceituais que a questão da identidade aparece como um elemento a ser considerado enquanto atributo característico dos movimentos sociais do presente. Esse autor se destaca pela vasta e sistemática produção nessa área, assim como pela centralidade assumida com o conceito de movimento social, e consequentemente pelo que aí se relaciona à “cultura” ou “identidade”.

A seguir, TOURAINE apresenta a utilidade da noção de movimentos sociais:

[...] A noção de movimento social só é útil se permite pôr em evidência a existência de um tipo muito específico de ação coletiva, aquela pela qual uma categoria social, sempre particular, põe em questão uma forma de dominação social, por vez particular e geral, e invoca contra ela valores, orientações gerais da sociedade que comparte com seus adversários para privá-la de tal modo de legitimidade. A importância dos movimentos sociais obedece a seu lugar na vida social; não somente estão no centro ou no topo da sociedade: sua presença ou ausência determina quase todas as formas de ação social. [...] (TOURAINE, 1997, p.132)

TOURAINE destaca ainda que:

[...] todo movimento social tem duas vertentes: uma utópica, a outra ideológica. Quer mudar a vida, mas também quer transformar a sociedade. Longe de ser um personagem profético, um movimento social é um conjunto mutável de debates, tensões e desgarramentos internos. Vive entre a expressão da base e os projetos políticos dos dirigentes. [...] (TOURAINE, 1997, p.104).

Valendo-se de TOURAINE, podemos comparar sua fala às relações no interior do MULP, pois a ação coletiva deste põe em questão uma forma de dominação social, invocando valores que colocam em questão a legitimidade das ações dos governos contra os moradores do Jardim Pantanal. Além disso, o projeto do MULP de transformar a sociedade está diretamente associado ao cerne do movimento, qual seja, a questão reivindicativa imediata relacionada à moradia, expressa como principal demanda da base.

Segundo Ronaldo Delfino de Sousa, uma liderança do MULP:

[...] O movimento procura apoiar programas e atividades que visem o desenvolvimento da comunidade tanto no âmbito individual como no coletivo. A proposta é construir caminhos para o desenvolvimento no campo social, cultural e político. Além disso, buscamos transformar e conscientizar homens e mulheres para a idéia de uma sociedade igualitária. Os valores do MULP são: respeito à vida, ao bem estar, a relação democrática, a liberdade, a solidariedade, a união e a responsabilidade ética em relação à comunidade. [...] (SOUSA, 2011)

Para TOURAINE, o que deve ser enfatizado é o elemento “político-cultural” presente na constituição desses movimentos, reconhecendo que as orientações culturais são indissociáveis dos conflitos sociais. Para o autor as condições de possibilidade do movimento social: “se define pela combinação de uma defesa de identidade, de uma consciência de conflito social e de um apelo ao controle coletivo de certas orientações culturais, de todos os grandes meios de produção da sociedade por si mesma” (TOURAINE 1984, p.121).

Há uma mudança por parte dos estudiosos das teorias que buscam explicar os movimentos sociais, mudança essa vinculada a uma maior sensibilidade analítica no que diz respeito aos fatores culturais, como a construção de identidades de sujeitos coletivos que expressam sua cultura através de costumes, crenças, valores, símbolos.

No presente trabalho, concebemos movimentos sociais como as organizações coletivas que atuam social e politicamente na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para a criação de uma sociedade modificada nesses termos. Estes grupos possuem um programa, objetivos ou plano comum, princípios valorativos ou ideologia, visando um fim específico que é a mudança social, que mobiliza as pessoas em torno de questões imediatas reivindicativas relacionadas à condição de explorados.

Identidade e Território na construção e na luta do MULP

O debate sobre o conceito de território na geografia é muito extenso e muito importante. Aqui, compreenderemos território a partir da definição de HAESBAERT:

[...] Território, por sua vez, aparece ao longo do tempo e na maior parte das reflexões teóricas como conceito capaz de apreender uma

das principais dimensões do espaço geográfico, a sua dimensão política ou vinculada às relações de poder, dentro das diferentes perspectivas com que se manifesta o poder. Deste modo, território, político por natureza, contrasta e se cruza com outros conceitos, como região, paisagem e lugar, o primeiro com ampla tradição na chamada Economia Regional (e na Geografia Econômica, embora nunca a ela restrito), os dois últimos com longa tradição nas abordagens da Geografia Cultural. (...) O território, portanto, é construído no jogo material e imaterial, funcional e simbólico. Poderíamos mesmo afirmar que as concepções de território capazes de responder melhor pela realidade contemporânea devem superar os dualismos fundamentais: tempo-espaço, fixação-mobilidade, funcional e simbólico. Por isso propomos ver o território a partir da(s):

-perspectiva que valoriza as relações e os processos: o território num sentido relacional e processual (devendo-se mesmo falar mais em processos de “territorialização” do que de território como entidade estabilizada);

-múltiplas temporalidades e velocidades nas quais ele pode ser construído, desde os territórios com maior fixidez e estabilidade até aqueles mais móveis e flexíveis;

-conjugação entre ou num continuum que se estende desde os territórios mais funcionais até aqueles com maior carga (ou poder) simbólica (o). [...] (HAESBAERT, 2007, pág.36, 37, 38).

HAESBAERT acredita que as relações de poder (dentro de uma sociedade profundamente desigual e marcada por múltiplos processos de dominação) devem ser pensadas juntamente com o conceito de território como espaço geográfico de dimensão política, pois os territórios são objeto de intensas disputas entre aqueles que têm o poder de formular e mesmo fixar classificações.

Essa é a disputa entre o poder público e a sociedade civil pela classificação do território de moradia no Jardim Pantanal, território que possui esse nome porque foi atribuído pelos próprios moradores designando parte específica do bairro formalmente reconhecido pela prefeitura de São Paulo como distrito Jardim Helena na Zona Leste de São Paulo. O Jardim Pantanal não é um território (ou bairro) dado, mas uma construção territorial do próprio Movimento, indissociavelmente vinculada à identidade que o fundamenta.

HAESBAERT acredita ainda que a partir da concepção de espaço como um híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações

econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

Segundo HAESBAERT, território:

[...] envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, podemos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. [...] (HAESBAERT, 1997, pág.42).

Podemos afirmar que há um sentimento de pertencimento entre os ocupantes do Jardim Pantanal, pois existem laços construídos historicamente que ligam os moradores do Jardim Pantanal ao território que eles instituem e assim designam, em uma dimensão simbólica e cultural.

Existe também a necessidade de apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos, feita pelo Estado de São Paulo na região do Jardim Pantanal através do projeto do Parque Linear Várzeas do Tietê. Sendo assim, o conflito entre o MULP e o Estado se estabelece porque existem projetos diferentes de territorialização envolvendo o que o MULP designa como Jardim Pantanal.

Para compreendermos a identidade coletiva construída pelo MULP, é necessário levar em consideração a sua relação direta com o território, como afirma ARAUJO:

[...] É fundamental à abordagem desse domínio problemático ter em conta que identidades que explicitam territórios em suas modalidades e formas de posituação (corresponde ao que HAESBAERT (1997) designa como “identidade territorialmente mediada”), instituem-se no mesmo processo interdiscursivo em que é constituído o território a que se referem. Há nesse caso, portanto, uma ligação inextricável entre a construção da identidade e a do território associado; a afirmação da diferença identitária como inexoravelmente vinculada a da diferença territorial e vice versa. (...) A inextricabilidade considerada permite que cada uma dessas conjunções possa ser pensada como um domínio próprio e singular, cujo conteúdo não corresponde à simples adição das especificidades dos respectivos tópicos signícos identitários e territoriais, mas a uma operação de síntese dialética. [...] (ARAUJO, 2007, pág.30 e 31).

Essa ligação inextricável entre a construção da identidade e o território associado explicita-se, aqui, através da relação direta entre a identidade do MULP e o território chamado pelos moradores de Jardim Pantanal.

A identidade do MULP possui uma filiação inerente ao território Jardim Pantanal instituído pelo próprio movimento, e foi ativada em diferentes momentos como instrumento de reivindicação política em conflitos com as políticas estatais concernentes. O território é um elemento de fundamental importância para a identidade do MULP.

Para analisar a identidade do MULP e sua relação com o território, partiremos da carta de princípios distribuída por militantes antigos aos mais novos que ingressam no movimento, acreditando que poderemos, desta forma, sistematizar os principais aspectos constituintes da identidade do MULP que se relaciona diretamente com sua práxis, entendida enquanto conjunto das atividades práticas por meio do qual os homens constroem seu mundo.

[...] CARTA DE PRINCÍPIOS DO MOVIMENTO DE URBANIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DO PANTANAL DA ZONALESTE (MULP)

O que é? – MULP é um movimento popular e constitui-se da ação integrada dos moradores do Pantanal da zona leste;

Papel do MULP (justificativa) – Busca a legalização e urbanização do Pantanal da zona leste, como também o apoio a programas e atividades que visem o desenvolvimento da comunidade tanto no âmbito individual como no coletivo; abrindo caminhos para o desenvolvimento social, cultural e político transformando e conscientizando homens e mulheres para uma sociedade igualitária;

O MULP e a Comunidade– É uma parte organizada da comunidade, atua nela e é dirigida por ela, seja através dos representantes de ruas, comissões, conselho e assembleias;

Valores– Respeito à vida, ao bem estar, a relação democrática, a liberdade, a solidariedade, a união e a responsabilidade ética em relação à comunidade, são valores que norteiam toda ação do MULP;

Compromisso geral de todas as pessoas envolvidas– Atuar de forma coletiva ou individual, visando o bem comum de toda à comunidade;

Sobre o Conselheiro– entendemos por conselheiro do MULP, aquele cidadão morador do Pantanal da zona leste que se identifique com os princípios e ações do MULP e deseja assumir o compromisso de promovê-lo;

Princípios dos conselheiros do MULP:

1- Será decidido pelo conselho do MULP, os assuntos que dizem respeito à comunidade e o MULP;

- 2- Se atualizar através dos fóruns, reuniões e grupos de estudo, possibilitando a sua comunicação entre os demais membros;
- 3- Demonstrar clareza junto à comunidade, e capacidade de compor e promover sua articulação, proporcionando assistência a diversas atividades e programas que ocorram, mediante a disponibilidade de cada um dos membros;
- 4- Os membros deverão promover o respeito para com as diferenças, e solidariedade para o bem estar da comunidade;
- 5- Trazer todo tipo de informação de interesse da comunidade e do MULLP para ser avaliados e votados em reunião;
- 6- Que interesses comunitários não sejam desvirtuados, em funções de interesses pessoais;
- 7- Não acreditar no populismo nem no paternalismo, como solução para os problemas, e sim, no povo com a participação consciente;
- 8- Independência partidária no âmbito interno e nas discussões representativas de posição do MULLP [...] (MULLP).

Analisando a referida carta, observamos diversos elementos identitários. Para sistematizar esses elementos identitários, listaremos abaixo, em três tópicos, os elementos principais da identidade do MULLP:

a) pertencer a um determinado conjunto da população que luta por melhorias urbanas: O MULLP é uma parte organizada da comunidade (atua nela e é dirigida por ela, através dos representantes de ruas, comissões, conselho e assembleias) que se organiza para lutar por melhorias urbanas como a legalização e urbanização da comunidade. Além disso, lutam pelo desenvolvimento da comunidade tanto no âmbito individual como no coletivo.

b) viver em um território geográfico determinado pela questão de classe: O MULLP constitui-se através de todas as famílias moradoras do Jardim Pantanal na Zona Leste de São Paulo que participam das reuniões. Esse território Jardim Pantanal foi instituído pelo próprio movimento e determina a questão de classe por ser um local habitado por uma população trabalhadora que não possui meios de produção.

c) assumir dois valores éticos-políticos centrais como a democracia direta e a emancipação dos trabalhadores: Existe um desejo do MULLP em enfatizar novas práticas políticas horizontais (democracia participativa direta através de assembleias, respeitando as diferenças entre os seus membros) que estimulem a autonomia do movimento social e a consciência do povo. Essas novas práticas devem ser construídas pela militância da comunidade associada ao ideal de emancipação dos trabalhadores, transformando e conscientizando homens e mulheres a almejem uma sociedade igualitária que garanta o

respeito à vida, ao bem estar, à liberdade, à solidariedade, à união e à responsabilidade ética em relação à comunidade.

A identidade do MULP se relaciona de forma direta com a dimensão de projeto ideológico de sociedade do movimento nacional Terra Livre, com o qual interage politicamente. Desta forma, analisar a identidade do MULP sem analisar essa relação com o projeto ideológico de sociedade do movimento Terra Livre seria deixar lacunas que enfraqueceriam nossa análise. Por isso, consideraremos, neste trabalho, a carta de princípios do movimento social Terra Livre (que é um movimento social de âmbito nacional).

Antes de comparar os elementos da identidade do MULP com os elementos do projeto ideológico de sociedade do movimento Terra Livre, é preciso esclarecer melhor qual a relação entre esses movimentos sociais que justifique tal comparação.

Analisando as falas de algumas lideranças do MULP como Ronaldo Delfino de Sousa e Marzeni Pereira da Silva, notamos que ambos foram fundadores e permanecem vinculados diretamente ao movimento nacional Terra Livre, o qual luta pela reforma urbana nas cidades e pela reforma agrária no campo. Desse fato, percebemos a importância do cruzamento de informações dos dois movimentos sociais (MULP e Terra Livre) e que possuem uma relação indireta, pois o movimento Terra Livre é um movimento que articula nacionalmente movimentos sociais de âmbito local nos diferentes Estados. A relação entre MULP e Terra Livre nacional é indireta porque os diferentes movimentos sociais possuem autonomia em suas decisões locais.

O movimento Terra Livre une o MULP de São Paulo a outros movimentos urbanos organizados pelo Movimento Terra Livre, como é o caso da Paraíba e Rio de Janeiro. Além disso, o movimento Terra Livre une o MULP aos militantes sem-terra, organizados pelo primeiro em Goiás e Minas Gerais.

Alguns militantes do MULP são militantes do movimento Terra Livre (como os nomes já citados), e participam internamente de sua estrutura e de ações próprias em espaços nacionais de articulação política, como o encontro nacional do Movimento Terra Livre. As lideranças mais antigas do MULP fazem parte da direção nacional do movimento Terra Livre, o que deixa clara a influência e a relação direta entre a identidade de um e o projeto ideológico de sociedade do outro.

O movimento Terra Livre nacional define explicitamente sua identidade e seus valores nos seus documentos públicos. Faremos, a seguir, uma análise dos principais aspectos identitários utilizando trechos da carta de princípios do movimento Terra Livre, retirada de seu site nacional:

[...] Os trabalhadores, trabalhadoras, intelectuais, estudantes, sem-terra, sem-teto, jovens, idosos, homens e mulheres do campo e da cidade estão em conflito de interesses com os banqueiros, grandes empresários, grandes comerciantes, latifundiários do agronegócio, tecnocratas e executivos que constituem uma minoria que exerce o poder. [...] (TERRA LIVRE, 2008)

Acima, evidenciamos a leitura da realidade a partir da oposição de classes sociais com uma manifesta influência dos escritos de Karl Marx, porém atualizando a percepção das classes sociais, burguesia e proletariado, para uma análise mais ampla de frações de classe no interior dessas duas classes antagônicas.

[...] A velha elite brasileira aliada de grupos econômicos estrangeiros montou a democracia da mentira. O brasileiro só tem o direito a votar. O povo brasileiro deve tomar para si a missão de colocar o País a seu serviço, a serviço da maioria, os pobres do campo e da cidade devem construir uma nova sociedade, justa e igualitária, onde não haja exploração, miséria ou guerras, em que a humanidade viva em cooperação e solidariedade global. O Movimento Terra Livre defende a produção de alimentos em terra comunitária, a produção de produtos nas fábricas ocupadas pelos trabalhadores e a valorização da cultura popular. As relações sociais devem ser em rede e horizontais, pois a democracia direta é um princípio da nova sociedade a ser construída. [...] (TERRA LIVRE, 2008)

Notamos acima uma crítica à compreensão de democracia burguesa que se limita a ser um mero exercício do direito de votar nas eleições. O movimento Terra Livre acredita que a democracia direta com participação efetiva de todos nas decisões políticas é a democracia almejada, que somente ocorrerá num outro tipo de sociedade, justa e igualitária, onde não haja exploração.

O Movimento Terra Livre define ainda, na sua carta, os princípios e valores fundamentais que formam a sua identidade e que devem ser construídos cotidianamente: “o coletivo acima do individual, a solidariedade em oposição ao egoísmo, a igualdade contra os privilégios, a verdade contra a mentira, a democracia contra o autoritarismo, o conhecimento contra a ignorância, a arte contra o obscurantismo, a cultura para aplacar o atraso.” (TERRA LIVRE, 2008).

A explícita crítica à sociedade capitalista é clara, pois esta é encarada pelo movimento como individualista por ser uma sociedade marcada pelos privilégios econômicos individuais. Para superar essa sociedade capitalista, o movimento Terra Livre acredita que a igualdade econômica é a chave para a transformação dos valores dos seres humanos.

Os integrantes do movimento Terra Livre expressam na sua carta de princípios que:

[...] a direção dos movimentos será comandada pelos trabalhadores organizados, politizados e com pensamento crítico e não poderá nunca ser personificada em cima de indivíduos, por mais importantes que eles sejam. Os militantes do Movimento Terra Livre vem de trajetórias diversas na militância política, mas essas diferentes trajetórias trazem uma marca comum que é uma crítica exacerbada ao mandonismo, ao sectarismo e as receitas prontas para impor supostas verdades, ou seja, os movimentos fazem uma crítica ferrenha a uma

prática autoritária da militância de esquerda brasileira percebida em diversos outros movimentos. Para combater essas práticas, eles acreditam que a libertação do povo será uma obra construída cotidianamente através de novas práticas mais democráticas. [...] (TERRA LIVRE, 2008)

Notamos acima uma forte crítica à personificação das lideranças dos movimentos sociais, e essa é uma diferença identitária importantíssima do movimento Terra Livre e do MULP, que torna estes movimentos sociais diferentes na prática política diária da maioria dos grandes movimentos sociais brasileiros.

Percebemos que, na prática, lideranças como Ronaldo Delfino de Sousa, Marzeni Pereira da Silva e Maria Zélia Souza Andrade possuem tal influência no MULP que poderia ser comparada em alguma medida ao personalismo. Entretanto, mesmo que essas lideranças do MULP e Terra Livre tenham dificuldades em combater a personificação no interior do próprio movimento social, o fato de se colocarem abertamente contra esse tipo de relação personalista já é uma importante diferença que abre possibilidades concretas de superar o personalismo através da práxis do movimento social.

A crítica à prática autoritária da militância de esquerda brasileira faz alusão indireta aos métodos do stalinismo (modelos burocráticos e ditatoriais de sistemas políticos erroneamente identificados com o socialismo, como o da ex-URSS, baseados no partido único, na supressão de direitos democráticos básicos dos trabalhadores e na perseguição a qualquer oposição) ainda presentes influenciando práticas autoritárias em outros movimentos sociais brasileiros.

A influência da análise trotskista – que criticou o autoritarismo gerido pelo Partido Comunista da URSS comandado por Stálin, e que defendia no lugar desta prática autoritária, o poder dos soviets, conselhos populares com democracia direta nas resoluções políticas, porém com representantes eleitos em assembleias nestes conselhos populares – de alguns militantes dirigentes do Movimento Terra Livre se confunde com a influência da análise anarquista (que defendem democracia direta sem nenhuma forma de representação e sem Estado) de outros militantes dirigentes do Movimento Terra Livre. Ambos, no referido Movimento, fazem a defesa de novas práticas mais democráticas como o respeito às diferenças de análises políticas conjunturais e até de análises estratégicas no interior deste movimento.

O Movimento Terra Livre defende que a separação entre os que pensam projetos e os que executam tarefas seja superada, a produção deve estar nas mãos e nas mentes dos trabalhadores, assim afirma a sua carta de princípios em alusão à leitura marxista crítica sobre o trabalho alienado na sociedade capitalista. Além disso, defendem uma prática política libertadora e por isso combatem o machismo, a homofobia e o racismo, que são consideradas práticas abomináveis na prática política de quem luta pela transformação da sociedade em todos os aspectos possíveis de opressões culturais ou econômicas.

O internacionalismo militante também é reafirmado na carta de princípios através da valorização da identidade latino-americana, compreendida como identidade fruto das mesmas dores da espoliação imperialista, que construiu uma reação de lutas dos povos da América forjando uma identidade de lutadores sociais. Por isso o movimento Terra Livre defende uma solidariedade ativa entre todos os povos do mundo.

Para concluir análise da carta de princípios do movimento Terra Livre, verificamos que ela tem um formato muito mais bem sistematizado em conteúdo programático do que a carta de princípios do MULP. Percebemos ainda que alguns tópicos identitários do movimento Terra Livre se reproduzem igualmente na identidade do MULP.

Pertencer a uma fração da classe trabalhadora, defender a democracia direta e partilhar um projeto de emancipação dos trabalhadores são os eixos principais do projeto ideológico de sociedade do movimento Terra Livre que aparecem explicitamente na identidade do MULP.

Considerando o conceito de identidade como dizendo respeito a partilhas de valor, entendendo “partilha” de valor como um processo consciente e voluntário, pode-se dizer, fazendo uma analogia com as situações “em si” e “para si” supostas por Marx às classes sociais, que a identidade do MULP se constitui sempre com o caráter de identidade “para si”, ou seja, de forma consciente e voluntária.

Refletindo sobre a identidade nos domínios das esferas ético-política, estética e do saber, podemos considerar que a identidade do MULP, por sua relação direta com o projeto ideológico de sociedade do movimento Terra Livre, é algo que se especifica dentro do domínio ético-político com um ideal de emancipação dos trabalhadores e de democracia direta; na esfera estética apresenta-se através da valorização de símbolos como as bandeiras dos dois movimentos; no domínio do saber destaca-se através valorização do saber local, que constrói e democratiza o conhecimento na prática do dia-a-dia, ou seja, o saber prático de se viver em meio às dificuldades e transformá-las em incentivo para a luta por mudanças sociais. Além disso, aprecia o saber através da valorização da história dos lutadores populares, que aparece na carta de princípios do movimento Terra Livre da seguinte forma:

[...] como a luta dos Povos das Missões, dos palmarinos de Zumbi, dos cabanos do Pará, das revoluções Praieira e Baiana, dos seguidores de Antônio Conselheiro, dos farroupilhas, dos marinheiros de João Cândido e de tantos outros episódios de heroísmo e de manifestações populares e de luta contra a opressão e pela liberdade. [...] (TERRA LIVRE, 2008)

Os militantes do MULP afirmaram muitas vezes nas entrevistas que passaram a se valorizar mais depois que entraram para o movimento social, passaram a perceber sua importância social e a partir daí começaram a mudar positivamente, aumentando sua autoestima.

O movimento, desse modo, passa a ser uma marca importante na vida desses trabalhadores, que afirmaram que suas vidas são divididas em antes e depois da militância

no movimento social, valorizando o depois como um despertar de consciência, que proporcionou ver o mundo de forma muito diferente, de forma mais crítica.

Antes, os moradores do Jardim Pantanal olhavam o mundo de forma submissa, como se não pudessem alterar os rumos das suas vidas, porém, após entrarem no MULP, passaram a se enxergar como protagonistas do processo político e histórico. As entrevistas a jornais de grande circulação nacional, como o jornal *Folha de São Paulo*, e até mesmo o fato de protagonizarem tema de uma dissertação de mestrado, é encarado por eles como aspecto deveras positivo do movimento social.

A educação não formal gera aprendizagens cotidianas que formam a cultura popular. São racionalidades predominantemente presentes no campo das experiências de participação em lutas em movimentos sociais, como as lutas desenvolvidas pelo MULP e pelo movimento Terra Livre. A experiência é coletiva e o aprendizado dá-se a partir do coletivo.

A identidade do MULP é fruto da sistematização destas experiências, por isso expressa valores e confere um sentimento de pertencimento à população do local. A identidade do MULP sintetiza o ideal de transformação social de parte da comunidade organizada.

Conclusão

Essa identidade, acima descrita, resistiu às ações desterritorializantes. Isso originou um conflito entre o MULP e o Estado devido à existência de projetos diferentes de territorialização envolvendo o que o primeiro designa como Jardim Pantanal.

O MULP historicamente invocava as resoluções dos problemas urbanos do Jardim Pantanal, tais como regularização fundiária, saneamento básico e pavimentação permeável nas áreas inundáveis. Houve mudanças significativas na conjuntura política e econômica do local com as inundações ocorridas em dezembro de 2009 e a tomada de ciência, por parte dos moradores, do projeto da prefeitura de São Paulo de construção Parque Linear Várzeas do Tietê.

O MULP, a partir dessas novas condições materiais, transformou-se e elegeu como a principal bandeira de reivindicação do movimento, a moradia digna para a população inundada em 2009, reivindicando a substituição das casas inundadas por outra em local seguro. Apesar das mudanças nas bandeiras de luta, percebemos que estas permaneceram no âmbito da luta para assegurar o direito à moradia digna, direito este não respeitado pelo Estado brasileiro.

Todo esse processo de mudanças conjunturais vai colocar em risco a própria existência do MULP e da sua identidade construída. A identidade do MULP foi colocada à prova e demonstrou ser uma referência de resistência popular no Jardim Pantanal. Os valores e o sentimento de pertencimento foram elementos centrais para a construção de uma nova sociabilidade de relações humanas mais fraternas dentro da comunidade.

A luta contra as causas das inundações de dezembro de 2009 e os conflitos com o Estado referentes à construção do Parque Linear Várzeas do Tietê geraram um reforço da identidade do MULP, já antes construída, todavia, instituindo aí novas referências de luta. Nesse sentido, podemos afirmar que o movimento social se fortaleceu como entidade representativa dos moradores do Jardim Pantanal. A identidade do MULP foi essencial para explicitar as diferenças de valores entre as propostas deste e as do governo.

Referências bibliográficas

ARAUJO, Frederico. Identidade e Território enquanto simulacros discursivos. In: ARAUJO, Frederico e HAESBAERTH, Rogério. Identidades e Territórios: Questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro. Editora Access, 2007.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis, RJ, Vozes, 2010.

HAESBAERTH, Rogério. Des-Territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói, EDUFF, 1997.

MULP. Carta de princípios do Movimento por Urbanização e Legalização do Pantanal (MULP). São Paulo. 05/2011. Disponível em:<<http://cursinhomulp.files.wordpress.com/2011/05/carta-de-princc3adpios-do-mulp.pdf>>. Acesso em: 07, 2011.

SOUSA, Ronaldo Delfino de. Discurso em entrevista realizada por Luciano da Silva Barboza, no dia 28 de Julho de 2011.

TERRA LIVRE. Carta de princípios Terra Livre. São Paulo, 11/2008. Disponível em:<http://terralivre.org/wp-content/uploads/Manifesto.Terra_Livre_.pdf>. Acesso em: 07, 2011.

TOURAINÉ, A. O Retorno do Actor. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

TOURAINÉ, A. Pourrons-nous vivre ensemble ? – Egaux et différents, Alain Touraine, éditions Fayard, 03/1997.